

ATA Nº 06/2018 - ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO CRATO – CPSMC.

Aos Vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, na 20ª Coordenadoria Regional de Saúde, reuniram-se a representante do Estado e a representante legal do Consórcio, a Coordenadora da 20ª CRES, Marina Solano Feitosa Silva; a Secretária Executiva do Consórcio, Andreia Maria Alves Guedes; a Procuradora Jurídica do Consórcio, Kátia Francylza Lima Venancio; Diretor Geral do Centro de Especialidades Odontológicas, Walter de Oliveira Brito; A Diretora Geral da Policlínica, Andrea Maria Casado Marques; Paulo de Tarso Cardoso Varela; a Secretária de Saúde de Farias Brito, Sheila Martins Alves; a Secretária de Saúde do Município de Araripe, Ana Patrícia Guedes Araújo; a Secretária de Saúde do Município de Potengi, Clara Saionara de Brito Francelino Neri; a Secretária de Saúde do Município de Salitre, Mônica de Alencar Ribeiro, a Secretária de Saúde do Município de Nova Olinda, Aline Barbosa, a Secretária de Saúde adjunta do Município de Crato, Milena Brasil, representante do município do Crato João Henrique, a Secretária de Saúde do Município de Antonina do Norte, Maria Alassiene Arrais Roseno, os prefeitos dos Municípios de Araripe Sr. Giovane Guedes Silvestre; Nova Olinda Sr. Afonso Domingos Sampaio; Crato Sr. José Ailton de Sousa Brasil; Potengi Sra. Antonia Alizandra Gomes Rodrigues, com o fim de deliberar sobre assuntos atinentes ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato, como prestação de contas, percentual de adicional de insalubridade dos empregados públicos do consórcio, atendimento nos equipamentos gerenciados por esse consórcio, relatório parcial da auditoria, entre outros. A representante legal do consórcio iniciou relatando sobre os temas a tratar na presente reunião, como as dificuldades financeiras do consórcio e as assembleias anteriores já ocorridas e aprovação do regimento interno. A secretária executiva apresentou a composição do consórcio, os argumentos de sensibilização, recursos que o consórcio pode receber, principais gargalos, bem como fez um breve relato de adesão pelos municípios nos últimos anos, mostrando que a cada ano há uma dificuldade de adesão por parte dos municípios. Continuou apresentando as receitas e despesas dos anos pretéritos, deixando claro o déficit do consórcio por não ter todos os municípios consorciados aderido anualmente às unidades gerenciadas. Apresentou as receitas gerais deste ano, bem como, as despesas. O prefeito do Crato se manifestou sobre os débitos e a coordenadora da CRES se manifestou sobre a importância da adesão dos prefeitos as assembleias para as deliberações do consórcio e pediu o apoio do colegiado para junto ao governo do Estado traçarem soluções para o pagamento das dívidas pretéritas. A secretária de saúde de Farias Brito relatou sobre a importância das assembleias, relatou sobre as dívidas e aduziu que o consórcio deveria ter tido um planejamento maior para diminuir as dívidas. A prefeita de Potengi aduziu sobre a precariedade da forma que é efetuada a convocação para as assembleias, inclusive relatou que não compareceu as assembleias efetuadas no início do ano porque recebeu o convite no fim da tarde para o dia seguinte e sugeriu a modificação da forma que é feita a convocação. O prefeito de Araripe também corroborou com a fala da prefeita de Potengi e relatou sobre as dívidas pretéritas; falou que as assembleias anteriores foram proveitosas porque já viu resultados positivos; relatou da omissão do governo com o consórcio; que a divisão de regionais é totalmente inviável. A coordenadora

da CRES explicou como é feito a convocação para as assembleias, ressalta que o consórcio está sob uma nova gestão e há um movimento para solucionarem os gargalos existentes no que diz respeito a transparência das informações, relatou ainda sobre o relatório parcial da auditoria; que os auditores passaram uma semana no consórcio e com o relatório parcial foi dada oportunidade ao consórcio para apresentar explicações e documentos para só após apresentar o relatório final ao qual ainda não foi concluído; falou de sua angústia com o contador que presta serviço ao consórcio e sugeriu a criação de um cargo comissionado de gerente contábil com o objetivo de contratar um contador para diminuir as despesa com contabilidade, além de ter a comodidade e segurança de um contador próximo para dirimir dúvidas, quando necessárias. O Diretor do CEO fez uma apresentação sobre as atividades do equipamento gerenciado por ele, falou das peculiaridades da odontologia e que estas peculiaridades pesam nas decisões administrativas. A secretária de saúde de Farias Brito reforçou que devido estas peculiaridades se torna mais importante as assembleias para as decisões dos procedimentos a serem aceitos pelos municípios. O diretor geral do Ceo continuou sua fala sobre os serviços ofertados, e as especialidades que estão à disposição dos municípios, mapa estratégico de 2018, demonstrou o quadro de pessoal atual do CEO, o comparando quando gerenciador do CEO era SRU, percebendo uma redução de pessoal sem comprometimento dos serviços prestados; relatou que dentro do CEO há serviço de ouvidoria e a previsão de custeio dos Ceos do Ceará. Demonstrou o custo médio mensal do CEO R/Crato, demonstrando as fontes. O prefeito do Crato externou a morosidade do trâmite sobre a inclusão do município do Crato como ente consorciado; A procuradora do consórcio explanou que o consórcio agilizou tudo, dentro de sua competência e que a inércia se deve ao Estado e não ao consórcio; A Diretora da Policlínica relatou sobre as decisões tomadas depois da assembleia anterior e sobre a abertura de vagas de cardiologia na seleção pública efetuada; que já possui dois profissionais que têm especialidade em psiquiatria e cardiologia, trazendo este assunto à assembleia para aprovação da migração destes profissionais de clínicos gerais para cardiologia e psiquiatria, evitando novas contratações. A coordenadora da CRES relatou sobre a rescisão com a empresa de vigilância Servarm e com a contratação de vigias, rescisão da empresa de contabilidade, criação do cargo de gerente contábil e contratação de um contador para ficar no consórcio e com isto há economia significativa para o consórcio. O diretor do CEO voltou a falar sobre as dívidas do consórcio, relatando que não há como pagar a dívida e sugeriu que os prefeitos pedissem ajuda ao governador para pagar as dívidas anteriores. A procuradora jurídica falou da necessidade dos prefeitos indicarem um representante para compor o conselho fiscal e o prefeito de Araripe relatou que é viável pelo menos uma semana para indicar seu representante. Fica consignado que os prefeitos enviarão ao consórcio a indicação do representante para compor o conselho fiscal, bem como, as assembleias serão, inicialmente a cada dois meses. A procuradora jurídica explanou sobre o percentual de adicional de insalubridade dos empregados públicos do consórcio que deve haver redução em obediência a decisão atual do Supremo Tribunal Federal que em decisão liminar em uma Ação interposta por um plano de saúde, considerou que o adicional de insalubridade é de 20% sobre o salário mínimo atual e não mais sobre o salário base, modificando a Súmula 228 do TST.

Secretário de Saúde de Salitre

Keliane Barbosa Cardozo de Aguiar

Secretária de Saúde de Nova Olinda

Milenna Adlenca Brasil

Secretária de Saúde Adjunta do Crato

Secretária de Saúde de Ant. Norte

Representante do Crato

Robson Luiz Gomes

Prefeito de Araripe

Prefeito de Nova Olinda

Prefeito de Crato

Prefeita de Potengi

Paulo de Tarso Cardoso Varela

Paulo de Tarso Cardoso Varela